PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE HISTÓRIA: BREVE RELATO E REFLEXÃO*

Raimundo Arrais**

Não fosse isso e era menos
Não fosse tanto e era quase
(Paulo Leminski, 1980)

MUDA O MUNDO, MUDA O CURSO DE HISTÓRIA

O Projeto Político-Pedagógico do curso de História da UFRN, que entrou em vigor no primeiro semestre de 2004, resultou da necessidade imposta por um conjunto de mudanças que têm afetado o mundo contemporâneo, sob a forma de redefinição da ordem política em escala mundial, das bases da organização econômica e dos parâmetros das ciências, as quais têm sido levadas ao reexame na relação com o mundo e nas responsabilidades que lhes cabem em relação à sociedade humana. Desse modo, mudanças teóricas e mudanças nos métodos da História, como campo de conhecimento, têm acompanhado as novas demandas que a sociedade cria para o historiador, seja na pesquisa propriamente dita, seja no ensino.

Diferente do século XIX, quando, partindo de um arcabouço científico fundado na crítica documental, os historiadores acreditavam poder reconstruir uma Verdade, engajando sua ciência

---

* O Projeto Político-Pedagógico do curso de História decorreu de estudos e decisões coletivas. Contudo, como se é de esperar, não houve unanimidade de opiniões sobre todos os pontos tratados aqui. Alguns dos pontos que estão mencionados neste artigo transcendem o que foi estabelecido nesse projeto. São idéias cuja responsabilidade cabe a mim.

** Coordenador do curso de História – UFRN – Doutor em História Social (USP).

na tarefa de reconstrução da memória das grandes entidades (entre elas a Nação), nos dias de hoje o historiador, como se sabe, não é mais o monopolizador da memória da sociedade. No interior da própria disciplina desencadeou-se uma operação crítica, descontínua mas persistente, voltada para o exame da metodologia e das implicações políticas do ofício do historiador. O edifício rígido do cientificismo histórico do século XIX foi sendo corroído, no ritmo das transformações que iriam afetar, no século XX, todas as formas de conhecimento, organizando-as sob novos parâmetros¹. Nesse quadro de grandes unidades políticas desfeitas, utopias desacreditadas, certezas científicas relativizadas, como se situa o ofício do historiador?

Os historiadores, localizados no presente, têm procurado respostas para as perguntas que irrompem da sociedade contemporânea, tanto que se tornou quase um senso comum o postulado presentista de que o historiador leva para o passado as indagações do tempo e do mundo que o cerca. A sociedade mesma tem solicitado que ele desempenhe sua função. No Brasil, é inegável o interesse que, nos últimos anos, tem sido dedicado a assuntos ligados à História, o que se reflete numa indagação permanente sobre o passado do país, em domínios como os costumes, a política, a vida íntima, a mentalidade, a tecnologia, as instituições.

O enfoque do passado, por meio dos registros deixados pela sociedade, continua sendo o traço que distingue o objeto do historiador. Contudo, esse trabalho sofreu grandes mudanças nas últimas décadas. Os historiadores tendem a levar em conta, cada vez mais, as situações de instabilidade, e não só da ordem; as tensões, e não só a harmonia. Do mesmo modo, vão colocando em

---

¹ Para uma visão rápida da disciplina no século XIX, veja-se, por exemplo, CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992, cap. IX "O século da História". A visão crítica do estado da história hoje, com o abandono dos grandes parâmetros, pode ser vista em DOSSE, François. *A história em migalhas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

cena os diversos grupos sociais, ampliando seu interesse na direção dos indivíduos comuns, as diversas etnias, os grupos minoritários.

Modificou também, entre os historiadores, o modo de focalizar certos objetos inscritos tradicionalmente em seu campo de trabalho: o patrimônio, os bens materiais, por exemplo. Abandonando o culto ao documento e ao monumento, erguendo-os como repositórios de uma memória do passado, que deveria ser guardada em templos chamados museus ou institutos históricos, os historiadores passam a concebê-los como resultado de uma produção material e simbólica da sociedade.

Muitas aproximações têm sido feitas, desde pelo menos a segunda década do século XX, entre a História e as metodologias e técnicas empregadas por outras disciplinas, propiciando a formação de áreas que têm conquistado foros de cidadania plena na História, como a história serial e a história oral. Por outro lado, gêneros clássicos da historiografia, como a biografia, têm sido reabilitados, mas deixando de lado a exaltação dos indivíduos excepcionais, a vida dos “grandes homens”. Do mesmo modo, os historiadores têm-se dedicado à exploração de imagens (fotografia, cinema, vídeo, pintura etc.), e ao uso da computação – tudo isso refletindo-se inclusive no ensino de História, seja na introdução de novas experiências de pesquisa, seja no surgimento de novos materiais didáticos. Outras áreas da História foram consideravelmente reformuladas, em face da informatização generalizada e das possibilidades que se abrem hoje com os arquivos públicos e privados e, por outro lado, absorvendo conceituação mais refinada, operando com técnicas novas, como a arquivística histórica².

---

² Essas perspectivas da História podem ser acompanhadas por meio de publicações especializadas, como a Revista Brasileira de História, publicada pela Associação dos Professores de História (ANPUH), Revista Projeto História (PUC/SP), entre outras, além das publicações dos museus, arquivos públicos e instituições diversas consagradas ao trabalho com documentos. Para uma perspectiva atual dos estudos sobre museus, memória e patrimônio, ver *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. (Org. Zélia Lopes da Silva). São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999.

DA SITUAÇÃO ATUAL AO NOVO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Essa proposta curricular, na forma final que tomou, reproduz as vicissitudes de três anos de atividade da equipe de elaboração do Projeto Político-Pedagógico e, especificamente, do colegiado do curso de História: as mudanças conjunturais ocorridas no quadro docente, com a entrada de novos professores e o retorno de outros, afastados para qualificação – cada um desses fatos novos ia levando à retomada de caminhos, à abertura de novas perspectivas, introduzindo, às vezes, mais trabalho pelo acréscimo de novos pontos de vista e impondo de forma salutar a revisão de assuntos que pareciam solucionados³. As dificuldades não foram poucas: havia muitos pontos nos documentos oficiais do MEC que nos pareciam obscuros, havia indefinições na legislação, de modo que freqüentemente nos sentimos pisando em falso.

O senso de realismo que nos impusemos durante todo o tempo, no que diz respeito às condições específicas do curso de História da UFRN, exigia que tivéssemos, claro, respostas à pergunta: “Por que mudar?” As respostas, encontramos num conjunto articulado de razões que implicavam considerar a especificidade do aluno do curso de História da UFRN e as especificidades da disciplina História no mundo hoje. Para nós, professores, e, acredito, parte dos alunos, é impossível evitar a sensação de que alguma

---

³ Nesse quadro, deu-se o afastamento da então coordenadora, professora Fátima Martins, para cursar pós-graduação, seguindo-se a eleição de novo coordenador. Ela comandou a fase inicial, discutindo, com o colegiado, e com a comissão específica de elaboração, escolhida no colegiado. Na segunda fase, essa comissão foi constituída pelos professores Raimundo Arrais (coordenador), Aurinete Girão (vice-coordenadora), Wicliffe Costa e Almir Bueno. Fomos assessorados muito de perto, em todas as etapas, pela equipe pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação, formada, primeiramente, pelas professoras Vilma Sampaio e Heloísa Henê Marinho da Silva e, numa segunda fase, pelos professores Maria Lúcia Santos Ferreira da Silva, Nostradamus Medeiros e Maria Carmosi de Souza Gomes.

coisa não caminha bem. E as causas dessa situação não podem mais ser remetidas unicamente ao surrado argumento de que declina a cada ano a formação intelectual dos estudantes que ingressam na universidade. Esse assunto precisa ser examinado com o grau de complexidade que ele exige. A vivência do dia-a-dia em sala de aula e nos corredores, as reuniões dos docentes, nos foros de coordenadores, nas plenárias de departamento, enfim, nas diversas instâncias administrativas, não deixam dúvida que estamos mergulhados numa rede de erros que tem contribuído muito para comprometer o desempenho do aluno: erros na estrutura curricular, erros na burocracia, erros na relação entre coordenações de curso e departamentos e, muito especialmente, erros na nossa prática docente.

A elaboração desse Projeto Político-Pedagógico foi precedido e acompanhado por duas ações, que nos auxiliaram no conhecimento da realidade sobre a qual desejávamos atuar. O primeiro foi a participação no Plano de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (PAIUB), que, em atividades de reuniões separadas com professores e alunos, e oficinas reunindo os dois segmentos, forneceu um diagnóstico de vários aspectos do curso, identificando problemas e colhendo sugestões. O segundo, uma série de questionários aplicados pela coordenação entre os alunos que acabavam de ingressar no curso, com a finalidade de conhecer seu perfil e suas expectativas. Esses questionários visaram a comparar os perfis dos alunos do turno matutino e noturno, permitindo que formulássemos conclusões sobre itens como “quem trabalha”, “onde”, e, ainda, se é professor, se não é, se atua em atividade diferente daquela para a qual está sendo formado e se deseja ser professor ou pesquisador. A partir desses diagnósticos podemos afirmar que, de algum tempo para cá, tem ocorrido alterações no perfil do aluno matriculado no curso de História.

Outra ação digna de nota consistiu na tentativa de retomar o conhecimento, e algum controle, por parte da coordenação do curso, dos estágios, identificando os locais, os alunos e as atividades que

eles desenvolviam nesses estágios, pois na atual situação nem todas as formas de estágio são levadas ao conhecimento da coordenação.

Por fim, direcionando a atenção para aqueles que se encontram na reta final do curso, procuramos submeter a uma análise qualitativa as monografias que o aluno realiza no último semestre do currículo. No conjunto, elas revelaram os temas de interesse predominante, as abordagens, as modalidades de fontes utilizadas. A pesquisa nos levou à conclusão de que houve uma substancial melhoria da qualidade das monografias, o que decorreu de várias medidas implantadas recentemente, entre elas o estabelecimento das orientações individuais e de bancas examinadoras. Serviu também para – na medida em que evidenciou uma demanda crescente dos alunos por fontes documentais, que esbarra no estado precário dos documentos da história do Rio Grande do Norte – chamar a nossa atenção para a responsabilidade da UFRN no que diz respeito à conservação e organização dos acervos que estão sob a guarda de instituições como Arquivo Público Estadual e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Esse Projeto Político-Pedagógico separa as duas modalidades (Licenciatura e Bacharelado), nos dois turnos, matutino e noturno, mantendo a oferta atual de 100 vagas no Vestibular (destinando 20 vagas para o Bacharelado e 80 para a Licenciatura). Por outro lado, praticamente permanece a carga horária do curso atual: de 2.830 horas passamos para 2.835 horas na Licenciatura e 2.580 no Bacharelado, o que equivale dizer que o tempo médio de duração do curso permanece o mesmo do currículo atual, ou seja, dez semestres.

Ele define como objetivo a formação de profissionais para atuar no campo do ensino (fundamental e médio) e da pesquisa histórica, entendendo esses dois campos segundo as exigências específicas do mundo contemporâneo, ou seja, pretendendo preparar o aluno para agir sobre uma realidade dinâmica, multifacetada, que passa a exigir uma postura aberta, interdisciplinar, guiando-se o profissional pelo entendimento da complexidade do mundo, dos limites do conhecimento, da necessidade do diálogo

do saber científico com outros saberes. Tanto no âmbito do ensino como da pesquisa, o curso visa a propiciar ao aluno os fundamentos teóricos da História, na qualidade de campo de conhecimento específico dentro das Ciências Humanas, as técnicas necessárias à atividade de pesquisa e o conhecimento pedagógico necessário à construção desse conhecimento com os educandos.

DE RITO DE INICIAÇÃO A CURSO VIVENCIADO

A composição curricular foi alterada. Tendo em vista as perspectivas de novas frentes de atuação, foram introduzidas na estrutura curricular disciplinas com a finalidade de fornecer os fundamentos teóricos e as bases metodológicas para a formação dos profissionais: a história oral, o patrimônio, a memória, a arquivística histórica, a historiografia, a conservação de documentos. Essas disciplinas darão condições ao profissional de história de atender a essa ampliação do campo de atuação do historiador na sociedade contemporânea. Elas fornecerão fecundos instrumentos na pesquisa histórica, e, igualmente, importantes instrumentos para as experiências com o ensino de história, no ensino formal ou fora dele. Elas permitem, por meio da extensão, a articulação com entidades, organizações e instituições diversas. Para mencionarmos um exemplo dessa possibilidade de integrar ações de pesquisa, ensino e extensão, lembraríamos os prontuários dos presos políticos da ditadura, guardados nos órgãos de repressão (DOPS – Delegacia da Ordem Política e Social).

Nessa estrutura curricular aprovada, o que esteve em causa, portanto, não foi, simplesmente, a substituição de umas disciplinas por outras. Nas inúmeras reuniões de colegiado, e nas ocasiões em que as discussões foram levadas para a plenária do departamento, parece ter ficado claro para a maioria dos docentes que não havia fundamentos para se defenderem direitos de precedência de uma disciplina sobre outra. Nesse ponto, cabe mencionar a indagação fundamental que atravessa esse Projeto

Político-Pedagógico: Afinal de contas, por que um conteúdo, por que tal ou qual ponto, seria mais relevante do que outro?

O que nos permite afirmar que devemos considerar mais relevante estudar História do Brasil do que História Medieval? Ou que a abordagem econômica é mais importante que a cultural? Considerando que os professores de História têm, tradicionalmente, fora e dentro da UFRN, colocado o peso de suas disciplinas nos conteúdos factuais, mesmo que imprimam em suas disciplinas um enfoque que designam de “crítico”, o que tem diferenciado essas disciplinas não são peculiaridades teóricas, mas o teor dos assuntos tratados em cada uma delas, os acontecimentos localizados dentro do corte cronológico. A verdade é que temos atuado a partir de uma divisão de trabalho fundada numa separação entre campos distintos: o das disciplinas “teóricas” e o das disciplinas “práticas”. Segundo essa divisão, no caso do Bacharelado caberia às disciplinas de caráter teórico ensinar os fatos, e ensinar alguma coisa de metodologia; já as disciplinas de caráter prático deveriam levar o aluno ao exercício de pesquisa. No caso da Licenciatura se dá a mesma coisa: por um lado se colocam os conteúdos “factuais” e as disciplinas teóricas; por outro, o conteúdo “como ensinar” trata-se de assunto, literalmente, “de outro departamento” (mais precisamente, o Departamento de Educação).

Não se sustenta uma tal divisão. Toda aula, a rigor, deveria ser uma distribuição em que entra um pouco de todos esses componentes: deve ser uma aula do que é comumente chamado “conteúdo”, uma aula de teoria, de historiografia, de como pesquisar e de como ensinar. Não podemos fundamentar a defesa da proeminência de disciplinas em função da suposta relevância dos conteúdos. Nenhum conteúdo é, em si mesmo, mais ou menos relevante e, por outro lado, não podemos acreditar que a formação do aluno dependerá da quantidade de conteúdo que lhe será ministrada. Lembre-se, a propósito, que a carga inesgotável de eventos sobrepuja em muito a capacidade humana de absorvê-los.

É preciso associar o conteúdo ao “como pensar” teoricamente, e ao “como fazer”, procedimento que deve ligar-se àquele princípio que tem sido chamado de “flexibilização curricular”, que percorre esse Projeto Político-Pedagógico, visível na composição das cargas horárias. Em termos de estrutura de horas-aula, se traduz no que se chama *Prática Como Componente Curricular, Atividades Acadêmico-Científico-Culturais e Estágio Curricular Supervisionado*. Dentro de um certo número de disciplinas obrigatórias foram introduzidos créditos que devem ser ocupados, na Licenciatura, com atividades práticas associadas à experiência do ensino e a novas formas de atuação do professor de História, e, no Bacharelado, com atividades de prática de pesquisa. Desse modo, estimula-se que a aprendizagem do aluno se enriqueça com experiências desenvolvidas no contato com a profissão e, na medida do possível, em contato com a realidade fora da sala de aula, proporcionando-lhe uma aprendizagem em contato permanente com a realidade sobre a qual irá atuar.

A orientação do atual currículo está fundamentada numa separação que contraria esse espírito: o bacharel absorve conteúdos ao longo do curso e, para a grande maioria dos alunos, somente no último semestre, aplica-os em sua monografia. Somente no final de quatro anos e meio ou cinco anos o aluno experimentará a oportunidade de despertar o gosto pela pesquisa. Temos aí um final de curso penoso, angustiante e pouco proveitoso para o aluno. Se esses alunos tivessem experimentado a pesquisa e o ensino ao longo do curso, quanto entusiasmo não o teria acompanhado no seu itinerário de cinco anos de curso!

O mesmo se dá com a licenciatura. Depois de cumprir, ao longo do curso, as disciplinas teóricas, e, separadamente, as de conteúdo, o futuro professor se dirige para realizar seu estágio final nas escolas. O resultado é o choque. Passado o choque, quando sucede de o aluno tomar gosto pelo ofício de ensinar, já é tarde, é hora de sair da universidade. A vocação, quando é descoberta, o é tardiamente.

A CADEIA DOS PRÉ-REQUISITOS

A atual estrutura curricular do curso de História está amarrada no sistema de pré-requisitos, do primeiro semestre até o último. Fixemo-nos no exemplo de uma dessas linhas, a das histórias gerais: no primeiro semestre, o aluno começa com História Antiga I, seguida da História Antiga II, História Medieval I, História Medieval II, História Moderna, História Contemporânea I, História Contemporânea II. Como vemos, 7 semestres encadeados, portanto, em que será consumida somente essa linha das histórias gerais. (Ver Anexo 1)

Submetemos à revisão esses pré-requisitos nas linhas de História Geral e de História do Brasil e História do Rio Grande do Norte (excetuando-se as disciplinas de natureza teórica, como projeto de pesquisa e monografia de final de curso) e eliminamos todos eles, apoiando-nos em argumentos de natureza teórica, metodológica e prática. (Ver Anexo 2)

De um lado, no âmbito das discussões teóricas travadas por historiadores hoje, e das pesquisas históricas, não há nada que sustente que a explicação do presente está situada no passado. O ponto de vista de que o único, ou mesmo o grande, sustentáculo da História como disciplina é o fato de que o hoje está contido no ontem e que a explicação do ontem está contida no anteontem e assim, até o início dos tempos, funda-se numa lógica rudimentar que se expressa pedagogicamente na memorização de datas e fatos dispostos numa seqüência cronológica. Esse ponto de vista transmite, ainda, a idéia de que haveria uma versão objetiva, dada para todos, que só resta ao historiador extrair e depositar nos livros, para que os estudantes assimilem. Inútil como instrumento de pesquisa, duramente criticado há décadas, ele revela, contudo, uma impressionante persistência.⁴

---

⁴ A crítica a essa arraigada visão do senso comum não é nova. Para nos limitarmos a uma referência da década de 1970, veja-se CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

A história narra, é verdade, mas a narrativa hoje é entendida e praticada de modo distinto do modelo do século XIX. A pesquisa histórica opera com recortes teóricos precisos e se funda em conceitos, muitos dos quais transitam por outras ciências humanas. Os historiadores lidam não apenas com a narrativa dos eventos políticos, mas examinam, numa perspectiva diacrônica, fenômenos diversos relacionados às práticas sociais, às formas de sociabilidade, à memória, à religião, à natureza.

Se, por um lado, a manutenção dos pré-requisitos não encontra fundamentos sob o ponto de vista teórico, também não se justifica por argumentos de ordem prática, pois esse sistema tem sido um dos grandes responsáveis pela retenção dos alunos no curso. Como no departamento de História a oferta de disciplinas é reduzida, devido a fatores como encolhimento numérico do corpo docente e limitação de espaço físico, durante um semestre só é oferecida uma disciplina de cada um desses elos. Ou seja, se no primeiro semestre é oferecida a disciplina História Antiga I, no segundo será oferecida somente História Antiga II. Portanto, basta que o aluno sofra uma reprovação, ou “tranque” uma disciplina, para atrasar seu curso em dois semestres. Esse tem sido um fator que contribui consideravelmente para a retenção dos alunos no curso por um ano, às vezes mais.

ALÉM DA UNIVERSIDADE, A VIDA: O APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES EXTRACLASSE

O Projeto Político-Pedagógico de História estimula o aproveitamento, nos itens *Prática Como Componente Curricular e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais*, das experiências que o aluno pode trazer em ações de fora da universidade, o que não ocorre no atual currículo. A validação dessas atividades como carga horária se dará mediante critérios definidos claramente pelo Colegiado do curso, que deverá reunir muito mais tarefas do que na atual situação. (Ver Anexo 3)

Algumas medidas, entretanto, transcendem a capacidade do colegiado ou do curso. Os estágios, por exemplo, precisam ser dinamizados, tanto na licenciatura como no bacharelado. Deve expandir-se a relação da universidade com a sociedade, incluindo aí instituições diversas e associações, abrindo campos da atuação para os alunos, com benefícios mútuos, para a sociedade e para a universidade. É preciso que se imprima mais agilidade nessas relações, de modo que as ações não sejam interrompidas ou não se arrastem, indefinidamente, sem resultados claros. A situação dos convênios da universidade com a rede pública de ensino é o triste exemplo dessas dificuldades, figurando, talvez, como o ponto mais delicado das licenciaturas da UFRN. A relação entre a universidade e as secretarias de educação, sujeitas a inúmeras dificuldades impostas pela burocracia, se nos períodos de normalidade apenas permitem uma atividade precária dos estágios nas escolas, o que não se dirá dos períodos freqüentes em que irrompem as greves de docentes e funcionários, levando à suspensão desses estágios e fazendo prolongar-se a dificuldade de conciliar o calendário universitário com o calendário da rede pública municipal e estadual?

MUDAR O CURRÍCULO. CONSERVAR AS PRÁTICAS?

Sabemos que as mudanças estabelecidas nesse Projeto Político-Pedagógico exigem mudança de atitudes, modificação de hábitos arraigados e fortemente protegidos pela rotina institucional e corporativa. Essa reforma curricular resultou de decisões coletivas e é compreensível que muitos de seus pontos tenham obtido aceitação fácil, enquanto outros geraram discussões mais acaloradas; uns tenham sido recebidos com simpatia, outros foram aprovados sem contar com a convicção de todos. Não podemos deixar de observar que, no decorrer das discussões, em torno de certos pontos, alguns membros do colegiado pouco se manifestaram. Algumas vezes o silêncio de um professor pode ter significado a falta de convicção, mas outras vezes pode ter significado a rejei-

ção muda, acompanhada da esperança de que um novo currículo não traga, na prática, o desconforto de mudanças no mundo de sua sala de aula, em seus métodos de ensino, sua forma de avaliação, sua relação pedagógica com os alunos.

A constatação, já antiga, se impõe: é preciso colocar em discussão nossa atuação pedagógica. No que toca à prática do professor, muita coisa precisa ser modificada. É preciso aceitar nossa prática pedagógica como algo que diz respeito ao conjunto do curso; é preciso aceitar que realizamos um planejamento em função do qual todos devem atuar, e cujo objetivo final é a formação do aluno.

Os princípios desse Projeto Político-Pedagógico são incompatíveis com uma prática docente exercida a portas fechadas, que freqüentemente se fundamenta numa certa imagem de que os alunos são imaturos e que, por conseguinte, devem ser permanentemente tutelados, pois não têm capacidade de fazer escolhas, não têm discernimento para emitir julgamentos, nem participar das decisões ligadas ao curso.

Maturidade, entretanto, o aluno não recebe como um *kit* no final de curso. Ela tem de ser cultivada no cotidiano da universidade, estimulando no aluno as responsabilidades, desafiando-o a participar de discussões ligadas ao ensino e à avaliação, instigando-o a contribuir com os rumos das políticas do curso – tudo isso atua no sentido do seu amadurecimento profissional, preparando-o para as situações que deverá enfrentar ao deixar a universidade.

NÃO UMA FÓRMULA, MAS UM MAPA E UMA APOSTA

Como se afirmou antes, essa reforma curricular consumiu muito trabalho em estudos, redação, reuniões na equipe de elaboração, em operações aritméticas com as cargas horárias. Sua concepção foi coletiva, e sua execução, do mesmo modo, precisa ter o envolvimento de todos.

E, no final de tudo, o que temos é apenas um ponto de partida. Sua direção vai depender de como professores e alunos avançam, das direções que serão tomadas nas discussões teóricas e metodológicas, na nossa prática profissional, na política que deve nortear a prática docente. Se o Projeto Político-Pedagógico não é tudo, ele pode, com certeza, ajudar a desencadear ações, promover discussões que inspiram mudanças de atitude, não apenas nos alunos, mas também nos professores. Diga-se de passagem que, ao cabo desse período de envolvimento na elaboração dessa proposta curricular, remexendo e pesando tantos elementos da nossa prática de ensino e avaliação, chegamos ao final com a sensação de que nosso problema não é somente a formação do aluno, mas a nossa própria formação de professores.

Muitos dos pontos de partida dessa reforma curricular, fixados nos documentos do MEC, nós julgamos como necessários para enfrentar os problemas atuais da nossa graduação. Mas não esquecemos de assinalar, no texto desse Projeto Político-Pedagógico, a nossa ênfase na imperiosa necessidade da contrapartida de uma política educacional, incluindo o fornecimento de recursos humanos e materiais. Por vezes não pudemos deixar de esfriar o entusiasmo de nossos planos quando nos ocorria à mente o quadro das limitações relacionadas ao pessoal, à precariedade dos laboratórios, aos embaraços burocráticos que aprisionam o ato de ensinar, às dificuldades em que esbarramos quando projetamos construir uma cultura de avaliação e de auto-avaliação.

Que esse Projeto Político-Pedagógico será datado, forçosamente o será. Seria incompreensível que aqueles que estudam história e produzem conhecimento histórico desconhecem essa marca inscrita nas coisas, nas instituições, na sociedade e no indivíduo: a mudança. Assim como a História, esse Projeto Político-Pedagógico é filho de seu tempo. Ele resultou daquilo em que acreditamos numa dada conjuntura, e partiu dos erros e problemas que conseguimos identificar. Por outro lado, ele é a materialização das melhores res-

postas que fomos capazes de dar a esses problemas, com base numa avaliação realista da situação em que se encontra o curso de História da UFRN hoje, propondo mudanças que acreditamos poder assimilar. Trata-se, em conclusão, de um documento que testemunha o ponto até onde nossa esperança e nossa vontade puderam florescer, sob o peso das rotinas opressoras, num cenário de dificuldades desanimadoras.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. (Org. Zélia Lopes da Silva). São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999.

CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992.

DOSSE, François. *A história em migalhas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

LE GOFF, Jacques (Org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

ANEXO 1
ESTRUTURA CURRICULAR HISTÓRIA (1988)
BACHARELADO/LICENCIATURA – MATUTINO/NOTURNO

NÍVEL	Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	PRÉ-REQUISITOS
I	DEH-001	Introdução Ao Estudo da História	04	60	-
	DEH-002	Pré-História	04	60	-
	DEH-003	História Antiga I	04	60	-
	DEH-052	Metodologia do Trabalho Científico	04	60	-
	DCS-001	Antropologia I	04	60	-
		TOTAL	20	300	
II	DEH-004	História Antiga II	04	60	DEH-003
	DEH-011	História das Ideias Políticas e Sociais	04	60	-
	PSI-001	Psicologia I	04	60	-
	DCS-029	Sociologia I	04	60	-
	EDU-001	Introdução à Educação	04	60	-
		TOTAL	20	300	
III	DEH-005	História Medieval I	04	60	DEH-004
	DEH-019	História de Arte	04	60	-
	EDU-009	Psicologia da Educação III	04	60	PSI-001
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		TOTAL	20	300	
IV	DEH-006	História Medieval II	04	60	DEH-005
	DEH-012	Civilização Ibérica	04	60	-
	DEH-020	História de Arte II	04	60	DEH-019
	EDU-314	Estrutura e Funcionamento do Ensino 1º e 2º Graus	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		TOTAL	20	300	
V	DEH-007	História Moderna	04	60	DEH-006
	DEH-039	História da América I	04	60	-
	DEH-015	História do Brasil I	04	60	-
	EDU-021	Teoria da História	04	60	-
	EDU-123	TAVE	04	60	-
		TOTAL	20	300	
VI	DEH-008	História Contemporânea I	04	60	DEH-007
	DEH-040	História da América II	04	60	DEH-039
	DEH-016	História do Brasil II	04	60	DEH-015
	DEH-018	História do Rio Grande do Norte I	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		TOTAL	20	300	
VII	DEH-009	História Contemporânea II	04	60	DEH-008
	DEH-041	História da América III	04	60	DEH-040
	DEH-042	História do Brasil III	04	60	DEH-016
	DEH-044	História do Rio Grande do Norte II	04	60	DEH-018
	EDU-0121	Didática II	04	60	EDU-001\EDU-009
		TOTAL	20	300	
VIII	DEH-043	História do Brasil IV	04	60	DEH-042
	DEH-045	Pesquisa Histórica I	04	60	DEH-044
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		TOTAL	20	300	
IX	DEH-046	Pesquisa Histórica II	02	90	DEH-045
	EDU-238	Prática de Ensino de História	03	13,5	EDU-121
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		TOTAL	17	405	

ANEXO 2-A
ESTRUTURA CURRICULAR HISTÓRIA (2003)
LICENCIATURA – MATUTINO/NOTURNO

NÍVEL	Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	PRÉ-REQUISITOS
I	HIS0001	Introdução a História	04	60	-
	HIS0002	Métodos e Técnicas de Pesquisa	04	60	-
	HIS0006	Pré-História	04	60	-
	HIS0007	História Antiga	08	120	-
	TOTAL		20	300	
II	HIS0005	Teoria da História	04	60	-
	HIS0008	História Medieval	08	120	-
	EDU0680	Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
	TOTAL		24	360	
III	HIS0004	Historiografia Brasileira	04	60	-
	HIS0009	História Moderna I	04	60	-
	HIS0013	História da América I	04	60	-
	EDU0682	Organização da Educação Brasileira	04	60	-
		Complementar	04	60	-
	TOTAL		20	300	
IV	HIS0003	Metodologia da Pesquisa Histórica	04	60	-
	HIS0010	História Moderna II	04	60	-
	HIS0014	História da América II	04	60	-
	HIS0015	História do Brasil Colônia	04	60	-
	EDU0681	Fundamentos da Psicologia da Educação	04	60	EDU0680
	TOTAL		20	300	
V	HIS0011	História Contemporânea I	04	60	-
	HIS0016	História do Brasil Imperial	04	60	-
	HIS0019	História do Rio Grande do Norte I	04	60	-
	EDU0683	Didática	04	60	EDU0680
		Complementar	04	60	-
	TOTAL		20	300	
VI	HIS0012	História Contemporânea II	04	60	-
	HIS0017	História do Brasil República I	04	60	-
	HIS0020	História do Rio Grande do Norte II	04	60	-
	EDU0995	Estágio I	-	135	EDU0683
		Complementar	04	60	-
	TOTAL		16	375	
VII	HIS0018	História do Brasil República II	04	60	-
	EDU0996	Estágio II	-	135	EDU0995
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
	TOTAL		16	375	
VIII	EDU0997	Estágio III	-	135	EDU0996
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
	TOTAL		12	255	

ANEXO 2-B
ESTRUTURA CURRICULAR HISTÓRIA (2003)
BACHARELADO – MATUTINO

NÍVEL	Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CR	CH	PRÉ-REQUISITOS
I	HIS0001	Introdução a História	04	60	-
	HIS0002	Métodos e Técnicas de Pesquisa	04	60	-
	HIS0006	Pré-História	04	60	-
	HIS0007	História Antiga	08	120	-
		TOTAL	20	300	
II	HIS0005	Teoria da História	04	60	-
	HIS0008	História Medieval	08	120	-
	HIS0024	Memória e Patrimônio Histórico	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		TOTAL	24	360	
III	HIS0004	Historiografia Brasileira	04	60	-
	HIS0009	História Moderna I	04	60	-
	HIS0013	História da América I	04	60	-
	HIS0025	Arquivística Histórica	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		TOTAL	20	300	
IV	HIS0003	Metodologia da Pesquisa Histórica	04	60	-
	HIS0010	História Moderna II	04	60	-
	HIS0014	História da América II	04	60	-
	HIS0015	História do Brasil Colônia	04	60	-
	HIS0021	Paleografia	04	60	-
		TOTAL	20	300	
V	HIS0011	História Contemporânea I	04	60	-
	HIS0016	História do Brasil Imperial	04	60	-
	HIS0019	Historia do Rio Grande do Norte	04	60	-
	HIS0022	História Oral	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		TOTAL	20	300	
VI	HIS0012	História Contemporânea II	04	60	-
	HIS0017	História do Brasil República I	04	60	-
	HIS0020	História do Rio Grande do Norte II	04	60	-
	HIS0023	História Regional o Local	-	135	-
		Complementar	04	60	-
		TOTAL	20	375	
VII	HIS0018	História do Brasil República II	04	60	-
	HIS0026	Pesquisa Histórica I	-	90	-
		Complementar	04	60	-
		Complementar	04	60	-
		TOTAL	12	270	
VIII	HIS0027	Pesquisa Histórica II	-	180	HIS0026
		Complementar	04	60	-
		TOTAL	04	240	

ANEXO 3
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

RESOLUÇÃO n. 01/2004 – Colegiado do curso de História,
de 05 de fevereiro de 2004.

Dispõe sobre normas para aferição das 210 (duzentas e dez) horas obrigatórias de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (ACC) para os alunos do curso de História Licenciatura e Bacharelado.

O COORDENADOR DO CURSO DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

Faço saber que o Colegiado do curso de História, usando de atribuições e,

CONSIDERANDO a implementação do novo currículo do curso, que exige o cumprimento por parte dos discentes de 120 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (ACC);

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo novo projeto pedagógico do curso, que busca formar um historiador que articule a sua profissão às demandas sociais e culturais da sociedade;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização das regras de contabilização da ACC, bem como a sua divulgação para professores e alunos do curso de História;

RESOLVE:

I. Aprovar os critérios para aferição das 210 (duzentas e dez) horas obrigatórias de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

(ACC) para os alunos do curso de História Licenciatura e Bacharelado que ingressarem no Curso a partir do 1º semestre de 2004.

II. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Coordenação do Curso de História

Natal, 05 de fevereiro de 2004.

Professor Raimundo Pereira de Alencar Arrais
Coordenador do Curso de História

RESOLUÇÃO N. 01/2004 – CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

Capítulo 1 Disposições preliminares

Art. 1 – Esta Resolução estabelece os critérios para aferição das 210 (duzentas e dez) horas obrigatórias de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (ACC) para os alunos do curso de História, Licenciatura e Bacharelado.

Capítulo 2 Aferição das horas de ACC

Art. 1 – o aluno poderá cumprir sua carga horária de ACC realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão. As atividades que serão computadas, bem como suas respectivas pontuações, são as seguintes:

I. ATIVIDADES DE ENSINO:

Atividade	Pontuação (valores expressos em horas)
1. Projeto de bolsa de monitora em disciplina ligada ao Departamento de História da UFRN	60 horas pela atividade e mais 10 horas por cada semestre
2. Projeto de monitoria em outro Departamento da UFRN	30 horas pela atividade e mais 10 a cada semestre
3. Projeto de monitoria voluntária no Departamento de História	30 horas pela atividade e mais 10 a cada semestre
4. Participação como docente em projetos de natureza educacional, tais como: redução do analfabetismo, educação de adultos, educação inclusiva, nas seguintes modalidades:	
4.1. Curso de aperfeiçoamento (a partir de 180 h/a).	180 horas
4.3. Curso de atualização (a partir de 40 h/a).	40 horas

4.4. Divulgação (a partir de 20 ha).	20 horas
4.5. Oficinas e minicursos (a partir de 3 h/a).	3 horas
5. Participação como auxiliar, assistente ou monitor em projetos de natureza educacional:	
5.1. Curso de aperfeiçoamento (a partir de 180 horas).	90 horas
5.2. Curso de atualização (a partir de 40 horas).	20 horas
5.3. Divulgação (a partir de 20 horas).	10 horas
6. Produção de material didático-pedagógico, resultante de projeto ligado a uma instituição educacional pública ou privada:	
6.1. Livro, vídeo ou disco.	60 horas
6.2. Texto ou artigo.	30 horas

Obs.: as atividades de monitoria poderão totalizar no máximo 100 (cem) horas de ACC.

II. ATIVIDADES DE PESQUISA:

Atividade	Pontuação (valores expressos em horas)
1. Bolsista de iniciação científica atuando em projeto de pesquisa registrado na UFRN.	30 horas pela atividade e mais 10 horas por cada semestre.
2. Voluntário em projeto de iniciação científica atuando em projeto de pesquisa registrado na UFRN.	15 horas pela atividade e mais 5 horas por cada semestre.
3. Participante em projeto de pesquisa, credenciado por órgão de fomento, vinculado a outras instituições.	10 horas pela atividade e mais 4 horas por cada semestre.
4. Trabalhos acadêmicos na área de História ou em área correlata, inéditos, publicados em 4.1. Periódico indexado internacionalmente. 4.2. Periódico indexado nacionalmente. 4.3. Periódico de circulação regional ou local. 4.4. Livro (co-autoria) que tenha sido aprovado por comissão editorial.	40 horas 30 horas 20 horas 40 horas
5. Produção de livro técnico, publicado na área de História ou correlata (autoria), que tenha sido aprovado por comissão editorial.	60 horas
6. Apresentação de trabalho em congressos ou atividades semelhantes. 6.1. de âmbito internacional; 6.2. de âmbito nacional; 6.3. de âmbito regional ou local.	20 horas 15 horas 10 horas
7. Trabalhos completos publicados em Anais de congressos	20 horas

8. Monografia premiada em concurso público	
8.1. em âmbito internacional;	60 horas
8.2. em âmbito nacional;	40 horas
8.3. em âmbito regional ou local.	20 horas

III. ATIVIDADES DE EXTENSÃO:

Atividade	Pontuação (valores expressos em horas)
1. Participação em eventos acadêmicos na área de História ou em área correlata, tais como cursos, congressos, seminários, conferências	
1.1. de âmbito internacional ou nacional;	10 horas
1.2. de âmbito regional ou local.	5 horas
2. Estágio na área de História ou correlata, realizado em instituição pública ou privada	
2.1. de 60 a 120 horas;	40 horas
2.2. acima de 120 horas.	20 horas
3. Representação estudantil	
3.1. nos colegiados superiores da UFRN;	4 horas por plenária
3.2. na Plenária Departamental e no Colegiado do Curso de História;	2 horas por plenária
3.3. membro eleito para o DCE da UFRN;	4 horas por semestre
3.4. membro eleito para o CA de História.	4 horas por semestre

4. Trabalhos específicos do profissional de História realizados em museus, arquivos, centros de documentação e semelhantes	1 hora de ACC por cada hora de trabalho
5. Participação em apresentações artísticas em instituições públicas ou privadas, tais como espetáculo de teatro, música, poesia, dança, exposição de pinturas e fotografias. As apresentações devem estar vinculadas a projetos acadêmicos ou sociais	20 horas por montagem
6. Promoção e/ou participação em atividades culturais regulares, tais como grupo de cinema e outros, em instituições públicas e privadas	10 horas por semestre

Capítulo 3 Computação das horas de ACC nos registros individuais dos alunos

Art. 1 – Para obterem o registro das horas de ACC, os alunos do curso de História deverão entregar à Coordenação do Curso, no prazo legalmente fixado a cada semestre, um relatório das atividades desenvolvidas com os respectivos documentos comprobatórios. Ressalta-se que cada documento só poderá ser contabilizado uma única vez, ainda que possa ser abrigado em mais de um critério.

Art. 2 – A cada semestre letivo o coordenador do Curso de História determinará, em consonância com o Colegiado do Curso, o período para entrega dos relatórios de ACC e a data da divulgação dos resultados.

Art. 3 – O Coordenador do Curso nomeará comissões para análise dos relatórios e os pareceres dos trabalhos das comissões serão votados no Colegiado do Curso.

Art. 4 – Após aprovada a computação das horas de ACC, o Coordenador do Curso fará as devidas anotações na Ficha Individual do Aluno e, em seguida, enviará os dados à Pró-Reitoria de Graduação para fins de registro no histórico escolar.

Art. 5 – O Colegiado do Curso de História poderá definir normas complementares para cada tipo de atividade, bem como exigir documentos que julgar necessários para computar horas de ACC.

Art. 6 – Só serão contabilizadas as atividades realizadas durante o período em que o aluno estiver vinculado ao curso de História.